



Cientistas se reúnem para avaliar impactos da nova proposta de Código Florestal

Eles afirmam que, se a proposta for aprovada, o Brasil vai ter dificuldades para cumprir os compromissos de redução de emissões assumidos na ruinação do Clima

Cientistas de diversas áreas se reúnem nesta terça na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para avaliar os impactos que as alterações propostas no Código Florestal Brasileiro terão sobre a Mata Atlântica e o Cerrado, bem como sobre os vertebrados e invertebrados que habitam esses biomas e sobre os serviços ambientais prestados por eles.

"O fato é que uma boa parte da comunidade científica não foi chamada a opinar sobre as mudanças. E nossa contribuição passa ao largo de posições ideológicas e políticas: é uma contribuição científica. Os impactos das modificações propostas são muito amplos, pois a nova redação abre flancos para a degradação", diz Thomas Lewinsohn, professor de Ecologia da Unicamp.

Um dos objetivos dos cientistas com o evento é auxiliar a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no posicionamento sobre as mudanças no Código Florestal.

Science

Parte do time de cientistas brasileiros reunidos na Fapesp publicou na revista Science veiculada no último dia 16 de julho uma carta sobre as alterações no Código Florestal brasileiro. O documento - um alerta à comunidade científica internacional - foi divulgado na seção Policy Forum.

No texto, o grupo alerta para os riscos da proposta de reforma da lei, aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados no início de julho. Na opinião dos signatários, se for aprovada da forma como foi apresentada, a matéria representará um "revés ambiental" de grandes proporções para o País.

"Temos escrito cartas e artigos desde junho, quando se começou a divulgar o perfil desta proposta de alteração. Um dos problemas das mudanças propostas no texto relatado pelo Aldo Rebelo é que, ao invés de contribuir para a redução das emissões, elas irão aumentá-las. Isso vai dificultar o cumprimento dos compromissos que o País assumiu na Conferência do Clima, em novembro passado", opina Lewinsohn.

Os cientistas também questionam a redução de exigências de manutenção de Reserva Legal e a possibilidade, aberta pela nova redação, do proprietário poder descontar as Áreas de Proteção Permanente das Reservas Legais.

"O argumento que embasa estas mudanças é o de que a manutenção de florestas está reduzindo a área para a agricultura e estrangulando o setor. Mas pesquisas da Esalq - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - dizem que o setor poderia sair desta situação se melhorasse a eficiência produtiva e aproveitasse as áreas degradadas", resume Lewinsohn.